

DESCRIÇÕES COMPLETAS E DESCRIÇÕES EFICAZES

A RELAÇÃO ENTRE ÂMBITOS DISCIPLINARES NA OBSERVAÇÃO DE UMA REALIDADE HISTÓRICA^a

Vito Calabretta

«Ben disposti silenzi
indissepellibili
ma pur sparsi in scintillamento.
Amori impossibili come
sono effettivamente impossibili le colline».

escrito por um poeta.

«Come si sa la montagna è per tanta parte
una conseguenza dell'illuminismo e un effetto dei
viaggi a Tahiti».

escrito por um historiador.

História ou poesia (em ordem alfabética, para não ofender ninguém)? O dilema surge de tempos a tempos no debate intelectual, mesmo do *nosso país*. Recentemente foi proposto por Vincenzo Consolo¹, que recupera o ensaio de Enzensberger sobre literatura e historiografia² (perdoem-me se tendo a confundir e a sobrepor os termos e conceitos de poesia e literatura, mas, nesta fase da minha reflexão, eles são subsidiários). A revista *L'Informazione filosofica* debateu,

^a Este texto não é um tratado sobre nenhum dos temas que aqui discutem: poesia, literatura, historiografia, ciências sociais, biografia ou biografia política. Pretende apenas explicitar uma série de pontos e interrogações com os quais me tenho defrontado ao longo da minha experiência de investigação e tentar discutir uma parte. Agradeço a Sabina Loriga, Luigi Piccioni, Gianvittorio Signorotto, Piero Ventura e Annamaria Zanaboni pelas preciosas sugestões propostas. O texto foi elaborado nas bibliotecas da State University of New York at Buffalo e da University of Toronto; agradeço a todos os que, após breves contactos via *e-mail*, me permitiram usufruir das ditas estruturas. Dedico-o, tal como o meu ilustre predecessor (Franco Venturi), a todos os que, em Itália, criarem bibliotecas; e à família Monardo, protagonista de uma micro-história colectiva de emigração, trabalho e construção de uma rede social de Zimbario a Toronto.

em seguida, o problema de qual é o melhor modo de transmissão da memória através das gerações³.

Enzensberger apresenta-o como um tema «comum, velho e, no entanto, tão obscuro e inexplorado» como «um labirinto de conceito e de método»⁴. Para o debater, propõe uma série de propriedades da narrativa histórica e da narrativa literária:

– desumanidade da primeira em relação à segunda: Enzensberger refere como termo de comparação as paisagens de De Chirico: faltam os protagonistas da narrativa e, mesmo quando entram em cena os chamados *makers of history*, as grandes personagens, os banqueiros ou comandantes militares, fazem-no mais como peões do que como homens. Falta, pois, a vitalidade que, pelo contrário, é própria da história: «poder-se-ia falar de uma *histoire morte*: a narração do historiador tem o efeito de uma coisa extinta»⁵;

– objectivação e, por isso, redução da narrativa histórica a uma única dimensão: «inevitavelmente, quem foge a qualquer perspectiva subjectiva torna-se escravo de uma perspectiva objectiva, isto é, a do poder, do que hoje significam as ocultas relações de poder»;

– tendência do historiador para ampliar a escala da narrativa, que «busca a totalidade e trabalha com imensas reduções»;

Enzensberger não pretende desacreditar o historiador mas contesta a operação de salvamento do trabalho historiográfico sob o pretexto de que apenas este tem o mérito (e a dificuldade) de trabalhar com material verídico, enquanto ao romancista pertence a dimensão da ficção. Sabemos agora claramente que tal suposição não é credível, que entre o que aconteceu e o que é descrito no discurso historiográfico existe um filtro incontornável⁶: o filtro do intérprete e do narrador, tão presente que confunde, no uso comum e até neste texto, o conceito «história» e o conceito «historiografia». Enzensberger acrescenta que a literatura é também uma irrecusável fonte para a própria construção das imagens da realidade histórica e que, por consequência, onde não existe a literatura não pode existir historiografia. Portanto, «o único sistema simbólico coerente, do qual se pode recolher a história como realidade material, parece ser a literatura»: citando Herder, «a literatura é a verdadeira historiografia»⁷.

Será este panorama catastrófico para os historiadores? Não sei, ainda não sei. Não creio ser possível estabelecer uma hierarquia disciplinar no topo da qual estaria a poesia e a literatura, seguindo-se as ciências sociais e humanas com a história à cabeça. Por outro lado, não existe apenas uma historiografia nem um só tipo de literatura (Enzensberger discute-o a propósito da realidade alemã)⁸. Devemos, no entanto, aceitar que o problema, digamos, estilístico está

intimamente ligado a importantes questões conceptuais, epistemológicas ou metodológicas.

Na realidade, o problema da comunicação, num período de sucesso dos pós-modernismos como o nosso, carrega-se de tensões num mundo em que as formas de descrição se multiplicam e o acesso à informação é cada vez menos um monopólio dos círculos académicos⁹. Basta pensar no peso que, nas últimas décadas, têm tido certas obras de divulgação para o conhecimento da história da Itália republicana¹⁰. Actualmente, costuma-se perguntar, qual é o modo mais eficaz ou mais poderoso para descrever (e em parte explicar) as questões da sociedade italiana? As palavras de Franco Fortini¹¹, os ensaios sobre história da Mafia, as entrevistas de sociólogos ou jornalistas a *boss mafiosi* ou a juízes corajosos ou as actas processuais publicadas tal como são?¹²

Vivida da posição de quem se ocupa da história, ou, melhor dizendo, de quem estuda alguma coisa na história, consciente da historicidade/relatividade do objecto de estudo, esta questão liga-se a uma outra, não menos intrincada: história ou ciências sociais? A questão da relação entre história e ciências sociais pode seguir três caminhos:

1) ou história ou ciências sociais – a história é algo de distinto das ciências sociais: podemos comparar o procedimento de um historiador com o de um cientista social; podemos comparar os resultados obtidos em ambos os domínios; mas trata-se de uma comparação entre realidades incomensuráveis – temos que optar entre sermos historiadores, antropólogos, sociólogos..., aprender o ofício e realizá-lo;

2) história e ciências sociais, como a tradição académica francesa insiste em sugerir – a história é uma ciência social, dotada de procedimentos próprios e originais, com um menor espírito de criação de modelos, investimentos teóricos inferiores; enquanto membro de uma fraternidade disciplinar, é lícito e útil à história dialogar fecundamente com as outras disciplinas; é desejável que cada uma destas permaneça ancorada aos seus próprios estatutos epistemológicos, respeitando os das outras;

3) história como ciência social – a história é uma disciplina académica, desenvolveu uma série de convenções que permitem o reconhecimento do discurso historiográfico sobretudo em virtude de hábitos linguísticos e semânticos, tal como o fizeram as outras disciplinas; na realidade, a diferença baseia-se essencialmente nas variáveis que a observação científica evidencia e distingue. É, assim, possível que um historiador desenvolva investigações e forneça quadros que não tenham muito a ver com a disciplina no âmbito da qual desenvolveu a sua investigação¹³.

Ora, se optarmos pela terceira proposição (*história como ciência social*), não

fará tanto sentido distinguir entre reconstrução histórica ou económica ou política, como entre reconstrução micropolítica, macroeconómica, etnolinguística, analítica, intelectual, comunitária, morfológica... Ou seja, é a combinação entre objecto de pesquisa e pressupostos de pesquisa (i.e. pressupostos do investigador) que determina as condições e as categorias, logo, o modelo da descrição.

E, ao modelo, entrelaça-se o estilo, a forma da descrição. A selecção da formação dos períodos, a escolha entre texto corrido e esquemas, entre descrição textual e descrição gráfica, é deixada ao modelo adoptado¹⁴.

O ponto essencial da minha reflexão é, então, o problema da eficácia de uma descrição¹⁵. Eficácia ou poder¹⁶: de antemão, para discutir estes dois conceitos é necessário trabalhar sobre uma teoria da descrição, da qual não disponho de momento. Trata-se, contudo, do motor das ideias que acompanham o meu trabalho de investigação e por isso não renunciei a expor o problema. Posto que as ligações entre aspectos estilísticos e conceptuais são densas e intrincadas, nas páginas que se seguem procuro seguir um percurso que delimita o problema da teoria da descrição.

Pretendendo compreender algo sobre o funcionamento de um sistema político em meados do século XVI e sobre qual era o comportamento naquele contexto de um actor político (chamemos-lhe Ferrante Gonzaga¹⁷, filho segundo dos senhores de Mântua, lugar-tenente general em Itália das tropas imperiais de Carlos V e governador do Estado de Milão entre 1546 e 1554), colocam-se-nos alguns problemas: *a*) que categorias usar, *b*) que fontes privilegiar e com que critério as ler, *c*) de que modo comunicar/representar conhecimentos e deduções.

A complexidade das questões até aqui colocadas, transposta para o contexto do Renascimento italiano e do sistema imperial espanhol, certamente não diminui. No caso do estudo dos problemas políticos, aquilo a que chamo a *politologia* de uma fracção do sistema imperial espanhol do século XVI, requer a elaboração de categorias que sejam *imanescentes daquela realidade*.

1. *Paisagem e homens.*

Neste ponto, o problema da focagem (no sentido fotográfico) torna-se central¹⁸. Numa página de *La chambre claire*, Barthes, recorrendo a uma citação de Sartre, descreve como um observador se pode encontrar a percorrer imagens, para si desprovidas de significado, de forma a encontrar algo que lhe interesse, o envolva, e que ele, então, coloque em foco¹⁹. Arlette Farge descreveu de um modo não muito diferente o que acontece a um estudioso num arquivo, face à

grande quantidade de documentos, onde «tem necessidade de ler, ler, embrenhar-se num pântano que nenhuma brisa consegue fazer mover, apenas o vento que se levante. Por vezes acontece, no momento em que menos se espera»²⁰. Prescindindo das metáforas, do uso metafórico que Barthes e Farge fazem dos órgãos *olho* e *dedo*²¹, o problema é saber que dimensões da realidade observada deve o observador escolher (de forma activa, consciente), ou lhe são dadas a escolher (inconscientemente, por reacção passiva a um impulso externo), para focar.

Outros autores desenvolvem o tema em termos de distância ou de escala²². Louis Marin recorria a Pascal²³, para dizer que, de uma realidade histórica, nós vemos o que decidimos pôr em foco. Marin nota que «qualquer paisagem implica uma observação». Mas a observação é a acção de um sujeito. E a paisagem, antes de ser representação ou descrição de qualquer coisa, é o resultado de uma construção, «de uma operação em que o sujeito, senhor das suas próprias capacidades e dotado de toda a utilidade epistemológica de que necessita, é o incansável operário transcendental antes de ser o artesão inspirado e fiel. Nesta síntese ideal, se não idealista, não só o sujeito é observação como também é ponto de vista». A realidade resultará, assim, da atitude que adoptarmos em relação a ela.

Se não podermos separar a paisagem da observação, são dois os tipos de observação e paisagem. De um lado, o dominado pela natureza; do outro, aquele a que os geógrafos chamam *ecuménico*: a paisagem do espaço habitado. O deserto, o oceano, o céu estrelado, a alta montanha, o lago, o rio, são paisagens em relação às quais o Homem é uma presença marginal e efémera, ou mesmo excluída. A expressão «paisagens do absoluto» está bem formulada: paisagens *ab-soluti* isto é, desligadas de qualquer presença humana. Trata-se também – ainda segundo Marin – da sua matriz arquétipa²⁴.

Diferente é, por sua vez, a paisagem humana, aquela em que reconhecemos os nossos semelhantes e as suas intervenções. Esta é viva, facilmente reconhecível, habitável e mesmo interpretável. Assim, fervilha de vida e é passível de ser determinada e detalhada ao infinito. Quanto mais se avança para o particular, mais a cena arrisca ser dominada por uma acção, aquilo a que Blaise Pascal chamava diversidade: «Diversité – [...] Une ville, une campagne, de loin est une ville et une campagne; mais, à mesure qu'on s'approche, ce sont des maisons, des arbres, des tuiles, des feuilles, des herbes, des fourmis, à l'infini. Tout cela s'enveloppe sous le nom de campagne»²⁵.

Qual das duas anteriormente descritas é o cenário da história? Existem rios e desertos – paisagens absolutas – para quem os observa ou só paisagens humanas? O rio Reno, extensa fronteira entre a Alsácia e a Alemanha, corre mais

alto do que a estrada provincial que o ladeia. Do caminho avista-se, olhando para cima, o declive do dique: mas não se vê a água. Para olhar o rio é preciso deixar a escarpa e abeirarmo-nos da borda. Só então é possível ver o curso de água, a outra margem e, então, a Alemanha. Só então é possível seguir as barcas que o navegam. Será este o espaço da história, um ambiente cujas estruturas sofreram a intervenção do Homem?

Sim, as estruturas²⁶ naturais, tornando-se processos históricos, são degeneradas pela acção política, económica e cultural dos homens. Por esta razão, não faz sentido propor-se uma descrição despersonalizada. Deste modo, Enzensberger está correcto ao preferir uma literatura subjectiva a uma historiografia objectiva. Mesmo a grande Historiografia²⁷, que precisamente estuda as grandes estruturas, os processos de longa duração, é aquela que mais se aproxima da descrição de uma paisagem absoluta e por isso pretende ser objectiva²⁸. Quando a acção dos homens se absolutiza numa perspectiva teleológica ou em qualquer historicismo ou idealismo²⁹, quando os homens se tornam simples peões, a sua história tende a assemelhar-se a uma vasta paisagem perante a qual o observador ou o escritor apenas podem mostrar a sua impotência ou aspirar à neutralidade³⁰. Mesmo a historiografia que estuda a política, a acção dos homens, e a apresenta como verdade, ou procura a dimensão final, ou a projecção em direcção a um destino pré-estabelecido ou identificado, ambicionando completar uma operação de transferência para um cenário absoluto de tudo quanto, pelo contrário, é determinado e relativizado³¹ pela acção do homem.

Por sua vez, a história do mundo humano é feita de inúmeros detalhes que povoaram e povoam a existência dos homens. O grau da liberdade de quem a observa aumenta e junta-se à relatividade da descrição. Todo o tipo de focalização requer uma selecção de escala.

Quando se quer observar a acção política de um actor social, a opção pela escala biográfica é um passo de que não se pode prescindir³².

O tema da biografia no actual debate entre as ciências sociais foi discutido por Giovanni Levi no volume de reflexão metodológica dos *Annales*, em finais de 1989³³. Levi propõe uma tipologia de aproximações historiográficas à biografia:

– análise prosopográfica e biografia modal. A biografia individual apenas interessa quando ilustra comportamentos ou aparências relacionadas com as condições sociais mais frequentes;

– análise do contexto e biografia proposta num contexto. A biografia mantém a sua especificidade, mas o ambiente e a época são altamente valorizados enquanto factores que caracterizariam uma atmosfera que explicasse os destinos na sua singularidade³⁴;

– análise de casos limite e biografia «marginal». É a perspectiva preferida da micro-história; o caso limite adquire um valor emblemático³⁵ e, portanto, pode sugerir pistas inéditas de investigação, categorias não tradicionais para a interpretação quer do percurso biográfico, quer do contexto;

– biografia hermenêutica. É a aproximação utilizada pela antropologia interpretativa para pôr em relevo o acto dialógico implícito ao trabalho biográfico: a biografia torna-se uma operação intrinsecamente discursiva.

É evidente que esta classificação propõe uma hierarquia: o trabalho biográfico pode oscilar entre dois extremos. No primeiro (*biografia modal*) submete-se à fidelidade a uma descrição global. No último, (*degeneração da aproximação hermenêutica*) é determinado pela hiper-relativização do texto de descrição e do círculo hermenêutico da qual o sujeito observador e o objecto (ou sujeito, no caso de uma biografia) observado não podem prescindir. Por outro lado, no caso da biografia modal, a reconstituição de situações individuais adquire significado apenas enquanto demonstração de uma tese pré-concebida. No caso da *degeneração da aproximação hermenêutica*, corremos o risco de fundir a descrição e o trabalho do investigador numa mescla na qual não seria possível discernir regras de espécie alguma³⁶.

Na hierarquia proposta, Levi restringe o campo de acção à segunda e terceira tipologias de operação e insiste em diferenciá-las em termos de grau de liberdade atribuída à iniciativa individual. Consoante a ênfase seja posta no destino da pessoa ou sobre o conjunto das normas sociais, muda a concepção do funcionamento efectivo das normas sociais³⁷.

Qual será, então, a dimensão concedida à liberdade de escolha individual? Trata-se, sem dúvida, de uma liberdade não absoluta, culturalmente e socialmente determinada – nem sempre consciente, plena de sombras, profundidade ou mistérios psicológicos. Não existem, certamente, sistemas normativos quer estruturais, quer violentos, que impeçam os actores sociais de procederem a escolhas conscientes, de manipular e interpretar as regras, de negociar. E, de acordo com Levi, a biografia é o local ideal para verificar o carácter intersticial da liberdade de acção do indivíduo. É neste ponto que as posições de Levi e Bourdieu se aproximam.

Quando Bourdieu afirma que não é possível «evocar uma viagem sem ter uma ideia da paisagem onde ela se desenrola»³⁸, exprime a convicção de como é imprescindível a reconstrução do contexto para compreender o sentido de uma trajetória de vida. E por *trajetória* entende-se «a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo actor (ou por um mesmo grupo) num espaço em devir e submetido a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única, e por si mesma suficiente, de acontecimentos suces-

sivos sem outras ligações para além da associação a um 'sujeito' [...], é tão absurdo como tentar relatar o trajecto efectuado pelo metropolitano sem ter em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz das relações objectivas entre diferentes estações. Os acontecimentos biográficos definem-se como outros tantos posicionamentos e deslocações no espaço social [...] Apenas podemos compreender uma trajectória (isto é, o envelhecimento social que, apesar de o acompanhar inevitavelmente, é independente do envelhecimento biológico) na condição de antes termos construído os sucessivos estratos do campo no qual se desenvolveu, e, em seguida, o conjunto das relações objectivas que uniram o agente considerado, pelo menos num determinado número de estados pertinentes, ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo espaço». Esta construção preventiva, definida como «superfície social», preserva-nos do risco de sermos vítimas de uma «ilusão biográfica»³⁹.

A este raciocínio, Levi contrapõe que a inserção de um percurso biográfico no seu contexto não é suficiente: arriscamo-nos a que contexto se torne rígido e demasiado coerente, enquanto «a relação entre biografia e contexto é permanente e recíproca. A mudança é a soma destas inter-relações»⁴⁰.

2. *Ferrante Gonzaga e o universo político do Renascimento italiano.*

O método da biografia, tal como os outros métodos possíveis para descrever uma realidade social, assume a feição de um problema de ponto de vista e escala. É baseado nesta consideração que pretendo expressar as reflexões que, até agora, procurei estabelecer com a minha mais recente experiência de investigação, discutindo o caso de Ferrante Gonzaga.

Nascido em Mântua a 28 de Janeiro de 1507, filho do marquês de Mântua, Francesco II Gonzaga e de Isabella d'Este, Ferrante foi uma personagem destacada no sistema imperial que girava em torno da figura de Carlos V e na vida política italiana da primeira metade do século XVI. Estudar o seu percurso político implica levar em conta a política europeia da época dos grandes conflitos entre o Império e a França⁴¹, a intensa actividade diplomática e conspiratória que caracterizava a Itália dos pequenos estados⁴², o sistema político de corte, o tipo de regras que a ele presidiam, as relações entre vida política e vida cultural ou o peso da cultura do Renascimento sobre a vida de uma personagem política⁴³. Uma vez conseguida a reconstrução do contexto (dos contextos) das superfícies sociais, para utilizar a expressão proposta por Bourdieu; ultrapassado o limite do questionário em torno de uma figura (e um papel, não o neguemos) institucional; definida, por fim, a *trajectória*, «a série de posições sucessiva-

mente ocupadas»⁴⁴, inicia-se o percurso através dos projectos, das ambições, da cultura, da psicologia, dos afectos e mistérios de um ser humano⁴⁵ – tudo quanto se possa retirar dos milhares de documentos conservados nos arquivos de toda a Europa⁴⁶.

Do trabalho sobre este tema, recolhi a impressão de que a historiografia italiana sobre o sistema imperial espanhol tem, nos últimos anos, tentado afa-nosamente libertar-se de um fardo considerável: a discussão sobre o processo de formação de um pressuposto Estado moderno. Todos os aspectos da vida política e social eram reconstituídos, como um molde de uma produção cujo esboço já estava desenhado, de acordo com este esquema⁴⁷, com os consequentes riscos de *autorialità* das descrições⁴⁸. É agora evidente que «o Estado moderno foi uma brilhante construção historiográfica forjada pela necessidade de legitimação de uma burguesia europeia nem sempre revolucionária e quase sempre nacionalista»⁴⁹, e, assim, podemos-nos ocupar da política dos séculos XV, XVI e XVII com mais serenidade. Tentemos diluir o que atrás se disse e partamos para a reconstrução dos contextos.

Manuel Rivero Rodríguez⁵⁰ tentou explicar as variáveis fundamentais através das quais podemos analisar o jogo e a luta política do século XVI italiano e espanhol. Uma elite formada por uma casta militar tinha garantido uma grande autoridade em Itália durante o período das *guerras de Itália*. Esta elite, que se destacava pela confiança⁵¹ em relação ao Imperador, fazia parte de uma comunidade de interesses hispano-americanos que Maurice Aymard definiu como «uma internacional de homens políticos, de militares e de dirigentes»⁵². Acima destas linhagens, o Imperador exercia a sua superintendência de forma a proporcionar a coesão e a fidelidade⁵³. A figura chave na articulação das relações entre o imperador e as elites italianas era a figura de Francisco de Los Cobos, secretário do imperador.

Existia, assim, uma rede que, reforçando os projectos de política familiar e matrimonial por parte de Carlos V, «permitia o controlo da Itália»⁵⁴. De que modo se efectivava o controlo? Através de um sistema de delegações às personagens que compunham a rede, promovendo e controlando quanto possível a sua prática clientelar. Por exemplo, no período em que Ferrante foi vice-rei da Sicília, houve a oportunidade de nomear o Regente junto da corte imperial. O Regente deveria representar os interesses sicilianos na corte, mas Ferrante pede que seja nomeado um homem do seu círculo. Recorda a de Los Cobos que a vaga na Regência da Sicília deve ser preenchida por uma pessoa de absoluta confiança, e que não existe melhor garantia de confiança do que o facto de ela ter servido os interesses do próprio Ferrante. Por isso, Ferrante garante «a v.s. que la election será tan buena como pueda ser»⁵⁵. Assim, o Conselho do

Imperador, o órgão que deveria concentrar o poder e ao mesmo tempo possibilitar a comunicação entre o sistema central e a comunidade dominada, era, pelo contrário, instrumentalizado para salvaguardar os interesses de um grupo de homens e famílias que monopolizava o governo dos domínios italianos. Multiplicando estas práticas pelo número de províncias existentes, obtém-se «um sistema no qual os ministros italianos utilizavam os Regentes como garantes e defensores da sua política perante o monarca»⁵⁶.

No seu livro sobre o poder na Sicília, Vittorio Sciuti Russi ilustra diversas vezes a forma como Ferrante, sempre que se encontrava em dificuldade política ou quando lhe era aberto um inquérito, dirige o mesmo apelo pessoal ao Imperador: não podia Carlos V pôr em causa a ligação de fidelidade que tinha com Ferrante nem comprometer a honra de Ferrante como servidor e vassalo fiel⁵⁷. Nas páginas de Frederico Chabod⁵⁸ este aspecto da vida política milanesa e do comportamento de Ferrante é relacionado com o peso que a cultura de Borgonha, de cariz nobiliárquico e girando em torno do conceito de honra, exercia sobre o comportamento dos homens e do sistema de poder que rodeava Carlos V. No início do século XVI, Milão encontrava-se ainda sob a vigência de uma cultura política arcaica que em breve seria superada.

As afirmações de Rivero Rodríguez, no que diz respeito a esta tese, avançam um quadro mais complexo: o recurso à fidelidade pessoal resultava de um sistema cultural, mais do que de um acto funcional derivado de um sistema de poder. Como Paul Veyne já havia notado a propósito do sistema administrativo do baixo império romano, «uma vez reconhecida e assinalada a existência da clientela» e da corrupção, é necessário explicar o funcionamento, e eventualmente a relação com os poderes existentes na sociedade. O problema de Al Capone, sugeriu Veyne, não foi o de ter cometido alguns abusos no contrabando, mas sim entrar em conflito com o poder do estado. Noutros sistemas sociais, clientela e corrupção são instrumentos da ordem existentes e do poder legitimamente dominante⁵⁹.

Viver numa sociedade borgonhesa significava, assim, para Ferrante, poder referir-se à honra e à confiança recíproca com o Imperador, para quem este tipo de relação pessoal se inseria num sistema político que a tolerava e, principalmente, a encorajava. O mesmo sistema tolerava e encorajava o clientelismo e o patronato, para além do *complot* e da conjura, como claramente mostra a forma como foi assassinado Pier Luigi Farnese⁶⁰. Por outro lado, sabemos também que os príncipes tinham um forte e verdadeiro sentido de honra, um sentimento de servir uma causa nobre, e de serem justos quando se apossavam de bens públicos ou arrendavam a cobrança de impostos em condições impróprias ou ainda vendiam cargos institucionais⁶¹. Foi este o tipo de argumentação que Ferrante

usou aquando dos momentos de crise no seu governo da Sicília e, mais tarde, enquanto governador de Milão. A perda do último dos seus apelos, quando foi acusado do mau governo de Milão, está ligada a uma mudança de conjuntura política mais do que a um processo de modernização cultural, como parece sugerir Chabod⁶².

O outro contexto em que se insere o percurso biográfico de um homem político do século XVI é o sistema de cortes⁶³. A corte era o centro do poder: do rei, do príncipe, do vice-rei, de quaisquer senhores ou governadores, a corte era a *meta-instituição* onde o poder e a vida social se exprimiam e representavam⁶⁴. O sistema de cortes era complexo e a vida no seu seio era rica, trabalhosa e arduosa.

Consideremos a corte onde Ferrante foi educado e vejamos como a sua mãe, Isabella d'Este, a relata, através de Maria Bellonci, sua admiradora: «A vida de corte desenrolava-se, sob Isabella, a um ritmo vigoroso e empenhado: compreendia, antes de mais, o exercício da conversação, descontraída mas substancial, as disputas conceptuais em torno de argumentos de amor ou de personagens de romances de cavalaria (certa vez, discutiu-se sobre o valor dos paladinos de França e Isabella era partidária do apaixonado Rinaldo contra o puro herói Orlando); o exercício da música – a música em Mântua sempre foi um elemento importante de expressão (culto, popular ou religiosa) – e, depois, as danças, elegantemente ritmadas; mesmo os passeios de barco no rio contavam com a participação de músicos e cantores. Seguia-se, depois, o exercício físico: Isabella [...] sabia montar a cavalo e fê-lo até uma idade avançada. Numa carta, quando relata uma grande cavalgada com as suas damas pelo verde campo de Goito, quase nos deixa ouvir o seu tom de voz e as suas repetidas exclamações: 'Belos campos! Belas águas! Belas vinhas!', comunhão da sua própria alegria com a alegria da natureza. Uma alegria de tipo mais caseiro exala de um folhetim que agrada bastante às pessoas delicadas e que a apresenta em conjunto com o seu primogénito Frederico, de apenas dois anos. Ela lia um livro de orações iluminado quando o filho, conta a mãe, «subiu ao meu colo e disse que queria procurar o *Pà* (o pai); e ele mesmo, voltando as páginas, encontrou uma figura com barba e ficou logo muito contente, beijando-a seis vezes e dizendo 'Papá querido! *Pà! Pà!*', com a maior alegria do mundo». ⁶⁵

À complexidade da vida *na* corte devemos juntar a complexidade do sistema *da* corte, que, no decorrer do século XVI, foi tudo menos inalterável. Durante a metade do século em que Ferrante Gonzaga actuou, até ao tempo em que o seu filho Cesare, senhor do pequeníssimo estado de Guastalla, se encontrou no inferno da corte romana, muita coisa mudou: «Haviam mudado as aristocracias sociais. Diluída a movimentada atmosfera que no princípio do século havia deixado abertos os vértices da sociedade a homens de engenho,

embora nem sempre de origens ilustres; esvaído o prestígio das nobrezas citadinas que, a par da veneziana, haviam exibido uma condição elevada sem para isso se apoiarem em manifestações de nobreza; modificado o nepotismo papal, que havia ligado directamente à cúria romana os destinos das maiores famílias italianas e das famílias dos seus maiores aliados e clientes; derrotada a razão e a imagem daquelas formas e daqueles mecanismos de superioridade social, voltavam a contar, exumados da profundidade de uma cultura nobiliárquica nunca superada, valores que reuniam no vértice da hierarquia social a nobreza de sangue, o sentido de honra e a propriedade»⁶⁶.

Assim, enfrentar o sistema de corte queria dizer, no caso de Ferrante, agir a três níveis:

– a sua própria *entourage*, a sua «família»; a «tanta tavola et famiglia» de que Ferrante lamentava os custos, quando alguém lhe propunha novos servidores ou quando da corte imperial o recriminavam de exigir demasiados apoios financeiros da parte do rei.

– o universo do Renascimento italiano, feito de grandes e pequenas famílias de príncipes, das suas cortes e dos pequenos estados a elas submetidos, das políticas matrimoniais dos «potentados de Itália», da luta pelo domínio ou pela sobrevivência dessas mesmas famílias.

– a corte imperial, ou, melhor, as cortes de Carlos V e Filipe, príncipe herdeiro, universos políticos e facções que em pouco tempo entraram em conflito: do período de estadia, enquanto jovem, junto da corte de Carlos V, até ao convite para se tornar presidente do recém-criado Consejo de Italia (proposta que Ferrante recusou porque ambicionava o lugar de Mordomo de Filipe II), teve de confrontar-se com a dinâmica da política imperial das estratégias e hierarquias que se foram estruturando com o decorrer do tempo.

Como agiu Ferrante Gonzaga neste contexto? De que instrumentos se socorreu? Seguramente de uma série de instrumentos institucionais que emergem claramente da reconstrução que Vittorio Sciuti Russi propôs para a Sicília e em parte também da reconstrução de Frederico Chabod sobre a história de Milão naquela época. Mas, tendo em conta a acção de Ferrante (e usando as fontes que lhe são mais próximas, isto é, a correspondência), deparamo-nos com a importância de uma rede que ele foi construindo ao longo do tempo, composta de personagens que permaneceram ligadas ao seu destino até à sua morte. Podemos deter perante as primeiras personagens que encontramos nesta rede, os homens mais próximos de Ferrante ou os outros que nos saltam à atenção. Facilmente teremos uma visão alternativa da situação política da época em relação a tudo o que tem sido publicado.

A tradição historiográfica tem muitas vezes insistido na existência em Milão de um triunvirato que, independentemente do peso das instituições cidadinas, partilhava uma grande parte do poder na cidade durante o período de governação de Ferrante Gonzaga. Os membros desse triunvirato eram: Giovanni Mahona (já homem de Ferrante nos tempos em que ele fora vice-rei da Sicília, e depois secretário do governador em Milão), Ottobuono Giustinniani e Tommaso Marino, famosos homens de finanças.

Mas observando o sistema de poder de Ferrante Gonzaga do ponto de vista da sua vivência, podemos destacar um outro trio composto por homens com quem Ferrante já tinha cooperado nos decénios precedentes, cujos papéis se diversificavam consoante os seus temperamentos e especialidades:

– Giovanni Mahona, residindo ainda por cima em Milão, ocupava-se da administração da «família» de Ferrante, era lugar-tenente em Milão para os problemas urbanos durante os períodos de ausência de Ferrante e ocupava-se do provimento financeiro;

– Sigismondo Fanzino della Torre, capitão-general das tropas imperiais em Itália, oriundo de uma família de militares ao serviço dos Gonzaga de Mântua, tendo servido como capitão em funções do governo do território (foi governador de Casale Monferrato, e foram-lhe entregues muitos problemas políticos e militares piemonteses) ou como agente (em Génova, entre outros sítios);

– Giuliano Goselini, secretário particular de Ferrante e secretário do governador depois da morte de Mahona, seguiu Ferrante nas suas deslocações (acerca dele temos menos informação documental), ocupando-se provavelmente também da sua vida cultural e das relações diplomáticas.

Quando foi efectuado o inquérito à actividade de Ferrante enquanto governador do estado de Milão, o principal inquirido, uma vez que Giovanni Mahona já havia morrido, foi Sigismondo Fanzino della Torre. Giustinianni e Marino eram, pelo contrário, juntamente com tantos outros, membros da comunidade financeira proveniente de Génova, e que adquiriu importância, prestígio e provavelmente poder, nas praças-fortes do sistema imperial espanhol. Desta comunidade faziam parte muitas outras personalidades. Basta pensar em Adamo Centurione, banqueiro genovês.

O caso de Centurione sugere que o facto de pertencer a um determinado círculo (neste caso o financeiro) e de ser oriundo de uma certa região (Génova) não trazia limites às acções ou funções destas personagens. De facto, Adamo Centurione teve um papel político destacado no controlo da região genovesa e na garantia do provimento financeiro quer em relação às exigências da Coroa, quer às de Ferrante. O facto de dispormos de informações sobre o papel político de Centurione nos relatórios que Ferrante recebia de Sigismondo Fanzino,

enquanto sabemos das suas intervenções financeiras através da correspondência de Giovanni Mahona, esclarece as especializações dos homens de Ferrante.

Seguindo a pista das primeiras personagens que nos despertam a atenção, deparamo-nos com os numerosos componentes da família Birago, os quais, dividindo-se em *spagnoli* e *franciosanti*, eram, na realidade, mediadores entre o sistema imperial e o sistema francês; eram igualmente perigosos aliciadores que incentivavam ou até conspiravam para assassinar Ferrante. Mas a sua importância residia também na sua capacidade de controlar os movimentos de armas, de soldados, de provisões, de bens comerciais e de informações sobre a localização das tropas na região da Padânia, palco dos acontecimentos da guerra do Piemonte.

Em relação a este tipo de personagens, Ferrante procurou estabelecer uma série de relações que deviam forçosamente contemplar formas de compensações políticas.

As redes de relações estavam, então, presentes nas várias praças-fortes e áreas geográficas onde se media a influência imperial ou se desenvolvia o conflito entre a França e o Império: Casale e o território do Piemonte e da região de Cuneo, Bra e Sommariva Bosco; Guastalla e a planície em torno de Parma e Mirandola; Génova; Siena. O sistema tinha uma hierarquia no topo da qual se encontrava Ferrante e a sua família, ou seja, por um lado, os Gonzaga de Mântua e, sobretudo, o cardeal Ercole, irmão de Ferrante; por outro, Isabella di Capua, mulher de Ferrante, e os seus filhos. Imediatamente a seguir, estavam Mahona, Fanzino e Goselini, os quais respondiam perante Ferrante e os Gonzaga. Depois vinham personagens como Centurione ou os Birago, os quais, obviamente, gozavam de ampla autonomia na tutela dos seus interesses, mas sabendo, no entanto, que uma parte destes estava intimamente ligada aos interesses de Ferrante Gonzaga, da sua família e dos seus homens. Eram aqueles que, como Bartolomeo Donesmondo, autoridade de Guastalla, ou o próprio Fanzino, na qualidade de governador de Casale, agiam também para o papel institucional que ocupavam.

As redes serviam a Ferrante como instrumento para o controlo do território. O que entendemos por território? As praças-fortes estratégico-militares (Génova, Siena), os domínios familiares (Casale Monferrato, Guastalla, os feudos napolitanos), as regiões onde ocorriam os conflitos militares (o Piemonte, a região de Parma), os próprios locais onde se concentrava o poder (as cortes romanas, as cortes reais e dos príncipes, sobretudo a de Carlos V e a do príncipe Filipe) tinham uma dimensão física da qual não se pode prescindir. Ferrante Gonzaga, para actuar nos vários sectores onde se encontrava empenhado, tinha necessidade de estar presente, mesmo que por interposta pessoa, naqueles locais, e de

ser informado sobre o que se ia sucedendo, sobre os problemas que surgissem ou sobre os recursos disponíveis⁶⁷.

O controlo baseava-se num sistema de informadores que dependiam dos notáveis locais (que eram, muitas vezes, investidos de funções institucionais), do próprio Ferrante e dos seus homens, da sua família. Bartolomeo Donesmondo, autoridade de Guastalla, na sua correspondência com Ferrante ou Ercole, durante o período da guerra de Parma, comunica tudo quanto recolhe junto dos seus informadores, que podem ser moleiros, camponeses, taberneiros. Ippolito Capilupi, que era representante e curador dos interesses dos Gonzaga em Roma, refere tudo o que lhe é transmitido sobre as dinâmicas cidadinas bem como aquelas das cortes. Natale Musi, agente de Ferrante junto da corte imperial, descreve detalhadamente as deslocações da corte, do soberano, dos indivíduos mais importantes daquele círculo. O mesmo se pode dizer dos relatórios que Giovanni Mahona envia de Milão. Além da reconstituição da campanha bélica – ataque a Mirandola, guerra de Parma e guerra do Piemonte – mostra quão importante era o conhecimento detalhado do que acontecia no terreno e como a supremacia militar dependia da capacidade de obter informações e de impedir o inimigo de ser informado.

3. *Micro-história de um caso marginal?*

«Havea don Ferrando, secondo l'uso dei grandi, diverse persone di sè amici, et servidori domestici, et di antico merito seco; ad alcuni dè quali dava credito nè negotij, et ad intercessione di alcuni altri faceva, come magnifico, gratie, et favori. Questo col tempo fece alcuni di loro superbi, alcuni altri vecchi offitiali de l'essercito, et de lo stato, e spagnuoli, e italiani grandemente invidiosi; I quali era fama, che di si fatti maneggi trahessero, innanzi a la venuta di don Ferrando, guadagni, et utili grandi; onde pareva loro di ricever ingiuria ad esserne privi, et vedersi da huomini nuovi occupari luoghi, et la confidenza. Et avvenga che don Ferrando a loro anchora gratioso si dimostrase, et benigno; nondimeno essi, come avezzi al tutto, non si contentando di parte, mormoravano dè ministri, et servidori suoi, dicendo che gli uni ne l'amministrazione dè loro officj, gli altri quelle cose vendendo, che egli troppo indulgente, et facile a suoi (com'essi carità dimostrando dicevano) concedeva loro di giustizia, et di gratia, si davano a non leciti guadagni»⁶⁸.

À luz da reconstrução (pluri)contextual que esbocei até aqui, podemos afirmar que Ferrante reproduzia, com a sua acção política, um mecanismo que funcionava no centro do sistema político. Desta forma, a rede de relações que

Ferrante implantou é a reprodução do modo como o soberano controlava os domínios, através de um sistema de delegação de Carlos V aos *potentados de Italia*. O objectivo de Ferrante, homem de poder e personalidade pública e institucional, era criar um sistema de controlo do território. No seu caso, a prática da corrupção ou do patrocínio era um instrumento importante, tal como a série de delegações pessoais criadas por tais ligações fortemente inter-pessoais.

Acrescentar aos percursos institucionais de quem fazia parte deste sistema uma investigação genealógica e biográfica permite-nos focar diferentes aspectos desta mesma sociedade. E permite-nos ir mais além.

O primeiro passo é, de facto, a micro-análise do tecido conectivo no qual o actor social se move. Mas pode ser dado um segundo passo, uma fase diferente da reconstrução da rede, uma análise eminentemente cultural e altamente baseada em indícios.

A reconstrução do contexto (dos contextos), da *superfície social* como que traçada de cima, não esgota a compreensão do comportamento político⁶⁹. É necessária a capacidade de mergulhar no mundo pessoal dos actores, para compreender nas suas acções o modo como obedecem a um (ou mais) sistema(s) de regras e em que medida nos passa despercebida a necessidade de maior liberdade de acção ou porque é que o conflito entre sistemas incoerentes tem como consequência natural as acções incoerentes.

A noção de *graus de liberdade* pode explicar o método de investigação – e, ao mesmo tempo, o tipo de acção do actor social. O facto de Ferrante ser um actor não-marginal ajuda, pois podemos facilmente segui-lo nos vários tabuleiros em que jogava. Cada um destes tabuleiros era para ele um *vínculo de recursos*, um aspecto a ter em conta na acção global. Ele devia ter em conta as exigências da família Gonzaga, devia executar as tarefas de representante militar em Itália do poderio espanhol, devia confrontar as suas ambições em relação aos ofícios milaneses com as instâncias das instituições ou dos cidadãos notáveis. *Et coetera*. Mas todas estas dimensões eram também um *grau de liberdade*, uma possibilidade com que ele podia jogar, delegando a outros membros da família parte dos problemas colocados pela guerra do Piemonte ou de Parma, chamando a si algumas questões da administração de Mântua, ou utilizando o mensageiro que o irmão enviara a Roma para obter das cortes romanas informações que lhe interessavam.

Nem sempre o oscilar entre os vários planos, o aceitar ou rejeitar um vínculo, era fruto de uma premeditação. Para compreender a razão por que um actor percorre a sua trajectória neste espaço multidimensional, é necessário relacionar premeditações, vínculos de recursos e efeitos sobre o comportamento:

– é necessário distinguir quando o comportamento de um indivíduo se deve à obediência a uma norma. No caso em questão, é a norma que regula a criação de um sistema familiar, de patrocínio e clientelar para o controlo de uma situação de domínio;

– é necessário compreender quando essa obediência se defronta com problemas de recursos: *a*) fontes de sustento da actividade (recursos financeiros, isto é, fiscais ou comerciais); *b*) resultados possíveis da própria actividade (a prática da guerra tem custos mas também comporta dinâmicas sociais, e estas podem transformar-se em recursos);

– é necessário reconhecer quando existe um choque com dimensões culturais ou psicológicas. Em casos de choque, o desfecho pode ser: *a*) a derrota de uma estratégia (como acontece a Ferrante entre 1554, ano em que é retirado do governo de Milão, e 16 de Novembro de 1557, data da sua morte); *b*) a fuga para tentativas de salvação ou de novas soluções.

Acredito na importância de evidenciar também as incoerências, o não cumprimento das regras do sistema, e compreender se as fugas também podem contribuir para o funcionamento do sistema. Qual o peso da intuição pessoal, da fidelidade à cultura da honra, no determinar da acção de um actor político? Num aspecto mais geral, qual o peso dos valores culturais do sistema? Como se combinam estes aspectos com o papel dos interesses e dos factores económicos? No filme *La reine Margot*, de Patrice Chereau, fica clara a sensação dos conflitos sistémicos que lançam os protagonistas do universo cínico da razão de Estado para o universo sentimental, erótico, ou da honra ao desafio do destino.

As fugas, uma vez individualizadas, podem aparecer como manifestações de um sistema em crise ou como modos de superar a (ou as) crise(s) de um sistema. Ou também podem surgir como acções ou atitudes não qualificáveis ou não orgânicas ao sistema, efeitos de impulsos instintivos ou de exigências sentimentais ou eróticas. Todas as vicissitudes que entre finais do século XV e a primeira metade do século XVI são vividas por Isabella d'Este, seu marido Francesco II Gonzaga e Ludovico, o *Mouro*, seu cunhado, nunca foram esclarecidas uma vez que continua pouco claro o tipo de relações políticas, sentimentais ou eróticas que os uniam. Sobretudo na medida em que o comportamento dos três contribuiu para o funcionamento de um sistema onde a diplomacia, ou, melhor, as formas como os actores se posicionavam, actuava independentemente das intenções dos sujeitos: o sistema dos pequenos estados italianos. Por que não esclarecer? Não poderemos utilizar a investigação biográfica para o compreender? É neste sentido que falo de *micro-história de casos não-marginais*.

Não pretendo, deste modo, afirmar que, até agora, a micro-história se tem ocupado apenas de casos marginais⁷⁰. Quando na terceira opção biográfica pro-

posta anteriormente (*análise de casos-limite e biografia «marginal»*) se sublinha a importância da análise das acções marginais vistas como acções-limite, no interstício entre os espaços que o sistema coloca à disposição dos actores sociais⁷¹, creio que a biografia política pode ser, também, o lugar onde é possível testar⁷² questionários baseados na dedução⁷³ sobre causas sociais, culturais ou políticas da acção política de um actor social. Transfere-se, assim, para o trabalho do investigador aquela marginalidade que, de outra forma, se buscava na acção do sujeito. Esta proposta pressupõe, então, a aceitação da terceira proposição acima enunciada sobre a identidade do trabalho em história e em ciências sociais (*história como ciência social*), isto é, aceitando a possibilidade de um modelo de descrição que é o fruto do método e o produto de categorias elaboradas através da interacção entre sujeito investigador e objecto investigado.

Referi-me, no início, às questões da forma de descrição, ou seja, da eficácia (ou poder) do texto, que continuam a parecer-me intimamente ligadas aos problemas da modalidade de análise e de dedução. A arquitectura e os conteúdos desta afirmação forçosamente parecerão demasiado pouco orgânicos: o facto é que «l'inconvénient des trop grandes entreprises est que l'ont s'y perd, parfois avec délices».

¹ V. Consolo, *Fuga dall'Etna. La Sicilia e Milano, la memoria e la storia*, Roma, Donzelli, 1993.

² H. M. Enzensberger (ed.), «Letteratura come storiografia», in *Letteratura come storiografia*, número monográfico de *Il Menabò di letteratura*, 1966.

³ E. I. Rambaldi, «Ricordo e parole in storiografia», in *L'informazione filosofica*, 12 (1993). São interessantes as observações a propósito de memória colectiva em A. Mazza, «Introduction to the English section», in *The city without women*, M. Duliani, Oakville, Ontario, Canadá, Mosaic Press, 1994 (ed. it. de 1944). Mazza apresenta o diário literário de Mario Duliani – italo-canadiano deportado para campos de trabalho no período da Segunda Guerra Mundial –, reconstruindo as atitudes que mesmo os outros italo-canadianos tomaram ao invocarem a experiência da deportação para um país, como o Canadá, que (pelo menos a nível do discurso oficial) se orgulha do seu respeito pelos direitos civis.

⁴ H. M. Enzensberger, «Letteratura...» cit., p. 7.

⁵ *Ibid.*, p. 10.

⁶ Depois de ter encerrado a exposição deste passo, refiro as seguintes palavras de Renato, citadas por C. Ginzburg, «Microstoria: due o tre cose che so di lei», *Quaderni storici*, 86 (1994): «Existem pessoas que pensam, de boa-fé, que um documento pode ser a expressão da realidade [...]. Como se um documento pudesse exprimir qualquer coisa diferente de si mesmo [...]. Um documento é um facto. A batalha, um outro facto (uma infinidade de outros factos). Os dois não podem tornar-se um [...]. O homem que o produz é um facto. E o homem que o reproduz, um outro facto».

⁷ Assim, a obra de Brecht «faz parte da historiografia alemã de entre 1918 e 1953» (Enzensberger, «Letteratura...» cit., p. 13). No mesmo passo, Enzensberger coloca correctamente o problema da verdade da narração historiográfica e da sua função nas estruturas do poder que têm dominado as

realidades históricas ao longo do tempo, sublinhando a intenção de Brecht de revolucionar os papéis e os méritos: «Mas foram os reis que transportaram as pedras [de Tebas, a das sete portas]?».

⁸ H. M. Enzensberger, «Letteratura...» cit., pp. 16-22.

⁹ Para um enquadramento eurocêntrico (isto é, demarcado da tradição americana) de como pode ser observada a realidade actual, cfr. M. Augé, *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992. Cfr. também M. Abélès, *Anthropologie de l'État*, Paris, Colin, 1991, onde se propõe, entre outras coisas, a ideia de que a escola francesa e a escola americana não se opõem. Para uma resenha crítica de algumas das tendências recentes da antropologia americana, incluindo referências às temáticas do pós-modernismo, cfr. H. Rebel, «Cultural hegemony and class experience: a critical reading of recent ethnological-historical approaches. I», in *American Ethnologist*, 1989, pp. 117-37; id., «Cultural hegemony and class experience: a critical reading of recent ethnological-historical approaches. II», *ibid.*, pp. 350-66; e B. Palumbo, «Immagini del mondo. Etnografia, storia e potere politico nell'antropologia statunitense contemporanea», in *Meridiana*, 15 (1992). Menos drástica em relação às alusões mais críticas sobre alguns antropólogos americanos que se encontram no artigo de Palumbo é a entrevista feita por mim e por Dino Palumbo a George Marcus e publicada por *il manifesto* em 15 de Abril de 1993. Uma versão mais articulada desta entrevista apareceu em *Ossimori*, 4, 1993.

¹⁰ S. Lanaro, *Storia dell'Italia repubblicana. Dalla fine della guerra agli anni novanta*, Venezia, Marsilio, 1992, faz uma ampla utilização dos livros de Corrado Stajano. Excelente, a capacidade evocativa em C. Stajano, *Il disordine*, Turim, Einaudi, 1993.

¹¹ Um exemplo: *Italia 1977-1993*, em *Composita solvantur*, Turim, Einaudi, 1994: «Hanno portato le tempi / al colpo di martello / la vena all'ago / la mente al niente. / Per le nostre vic / ancora rispondevano / a pugno su gli elmetti. / O imparavano nelle cantine / come il polso può resistere / allo scatto / dello sparo. / Compagni. / Non andate così. / Ma voi senza parlare / mi rispondete: «Non ricordi / quel ragazzo sfregiato / la sera dell'undici marzo 1971 / che correva gridando / 'Cercate di capire / questa sera ci ammazzano / cercate di / capire!' / La gente alle finestre / / applaudiva la polizia / e urlava: 'Ammazzateli tutti!' / Non ti ricordi?' / Sì mi ricordo».

¹² Cfr. Stajano, *Il disordine...* cit. Cfr. também V. Consolo, *Fuga dall'Etma...* cit., p. 57, onde se menciona o contributo dos actores políticos e sociais no panorama da escrita contemporânea.

¹³ Para uma definição de interdisciplinaridade não distante desta, veja-se R. Barthes, *Le bruissement de la langue*, Paris, Seuil, 1984; cfr. também H. Rebel, «Cultural hegemony and class experience: a critical reading of recent ethnological-historical approaches. I», in *American Ethnologist*, pp. 117-37, 1989.

¹⁴ São aqueles que optam pela renúncia a um modelo de descrição, que preferem a linguagem ambígua e condimentam as suas frases com ricos intercalares do tipo «em boa medida», ou «em grande parte», «podemos mesmo afirmar que». Mesmo neste caso estamos perante uma escolha.

¹⁵ Por que razão me coloco esta questão? Porque reflecto sobre a eficácia de descrições partindo de uma interrogação sobre a relação entre historiografia e literatura, entre descrição historiográfica e descrição literária? Por vários motivos que estão, acima de tudo, ligados à minha formação: 1) o primeiro livro de história que li, depois de uma leitura infantil de Gaetano de Sanctis, foi *O Queijo e os Vermes* de Carlo Ginzburg; o primeiro livro de metodologia foi, por sua vez, *Como se Escreve a História*, de Paul Veyne; 2) sempre discuti as ciências sociais durante a minha carreira de estudante universitário, no âmbito de uma licenciatura em Disciplinas Económicas e Sociais da Universidade Comercial Luigi Bocconi, de Milão. Foi-me proposto um estudo em ciências sociais que, contrapondo cientificidade e verificabilidade, não chegava a convencer acerca da sua fiabilidade. Como exemplo, refiro a *New Economic History*, cfr. P. D. Maclelland, *Causal explanation and model building in history, economics and the New Economic History*, Ithaca and London, Cornell

University Press, 1975; C. de Cugis, *I modelli in storia economica. La lezione di Alexander Gerschenkron*, Milão, Unicopli, 1979; P. Toninelli, «Origine ed evoluzione metodologica della New Economic History», in P. Rossi (ed.), *La storia comparata. Approcci e prospettive*, Milão, Il Saggiatore, 1990.; 3) observando o peso da actualidade no debate intelectual sobre este tipo de temas. Por vezes, as modas podem ser manifestações de sintomas que é útil registar. Não creio que a observação historiográfica possa eximir-se de ter em conta tudo quanto acontece nos outros âmbitos disciplinares ou nas várias formas de representação de uma realidade – uma feroz crítica à ambiguidade e suposta ingenuidade/objectividade de certos discursos historiográficos pode ser lida em H. White, *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1992, enquanto que uma alusão à fecundidade subversiva das modas se pode encontrar em R. Barthes, *Le bruissement...*, (n.º 14). Por estas razões, creio ser importante ter em conta tudo quanto resultar do debate científico e intelectual, bem como examinar as implicações sobre o trabalho historiográfico.

Este resumo autobiográfico não resulta (espero) de um acesso de egocentrismo narcisista, mas antes de uma tentativa de explicação possível das características subjectivas e objectivas da problemática que procuro debater. Por outro lado, estamos perante um ensaio e não de uma narrativa literária. Neste caso, ou seja, no caso de a forma descritiva ser adoptada a ponto de poder libertar-se da tentativa de explicação por parte do sujeito narrador, os aspectos autobiográficos poderiam ser, com prazer, descurados.

- ¹⁶ Eficácia ou poder – que termo adoptar? O primeiro remete, hoje em dia, para o binómio «eficiência e eficácia» que vem sendo usado um pouco por toda a parte, muitas vezes para condimentar o prato proposto com uma áurea de fiabilidade. Poderemos conceber o termo *poder* como uma síntese evocativa e, por isso, incomensurável daquele fatídico binómio, permitindo esquivar-se ao contexto positivista clássico do qual é sempre mais evidente – cfr. G. Lenclud, «Le grand partage ou la tentation ethnologique», G. Althabe, D. Fabre e G. Lenclud (eds.), *Vers une ethnologie du present*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992 – a insensatez? Face ao discurso historiográfico centrado sobre a «eficácia», e, portanto, construído cautelosamente em apoio à perspectiva que se pretende atingir, às teses que se pretendem demonstrar, C. Ginzburg, «Aristotele, la storia, la prova», in *Quaderni storici*, 85 (1994), p. 5, cita a posição de Hayden White, do qual se encontra uma biografia intelectual em C. Ginzburg, «Unus testis. Lo sterminio degli Ebrei e il principio di realtà», in *Quaderni storici*, 80 (1992).
- ¹⁷ É o tema sobre o qual preparo a minha tese de doutoramento, em História da Sociedade Europeia, na Università degli Studi, de Milão.
- ¹⁸ «Uma fotografia pode ser objecto de três práticas (ou três emoções, ou três intenções): fotografar, posar, observar. O Operador é o Fotógrafo; o Espectador somos todos os que manuseamos, nos jornais, nos livros, nos álbuns, nos arquivos, colecções de fotografias. E aquele (ou aquilo) que é fotografado, é o alvo, a referência, espécie de pequeno simulacro, de *eidolon* emitido pelo objecto, que eu chamarei voluntariamente de *Spectrum* da Fotografia, uma vez que, pela sua raiz, esta palavra se encontra ligada ao 'espectáculo' acrescentada daquela coisa vagamente assustadora que existe em toda a fotografia: o regresso do morto [...]. Tecnicamente falando, a Fotografia está no ponto de encontro de dois procedimentos absolutamente distintos: o primeiro é de ordem química – a acção da luz sobre determinadas substâncias; o segundo é de ordem física – a formação da imagem através de um dispositivo óptico» (Barthes, *La camera chiara. Nota sulla fotografia*, Turim, Einaudi, 1980, p. 11).
- ¹⁹ Barthes chama ao processo, que induz o observador a focar, «princípio de aventura», e cita Sartre (*Immagine e coscienza*, tr. it. Turim, Einaudi, 1976, p. 46): «As fotografias do jornal podem não me dizer nada, posso olhá-las sem assumir posição de existência. As pessoas de quem guardo a fotografia são, no entanto, juntadas através dela, mas sem posição existencial [...]. Pode, por outro

lado, acontecer que a fotografia me deixe num tal estado de indiferença que nem chego a construir imagens. A fotografia é vagamente constituída em objecto, e as pessoas que nelas figuram são constituídas em personagens, mas apenas devido à sua semelhança com seres humanos, sem intencionalidade particular. Flutuam entre as margens da percepção, as do sinal e da imagem, sem nunca chegar a lado algum». Eis, então, para Barthes (*La camera chiara...* cit., p. 21), o que é precisamente o «princípio de aventura»: «Neste deserto deprimente, a todo o momento a tal fotografia me aparece, aquela me anima e que eu animo. Eis, então, como devo chamar à atracção que a faz existir: uma animação. Em si, a fotografia não é inteiramente animada (não acredito em fotografias ‘vivas’), mas, no entanto, aquela anima-me: e isto é justamente o que fazem as aventuras». A grande afinidade entre a cena descrita e a narração de como se articula o trabalho de arquivo que se encontra em A. Farge, *Il piacere dell'archivio*, Verona, Etsedue, 1991, faz-me duvidar da afirmação segundo a qual «a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema tem com a biografia», frase onde, para mais, não compreendo o uso das maiúsculas (Barthes, *La camera chiara...* cit., p. 30).

- 20 A. Farge, *Il piacere...* cit., pp. 58-59. São inúmeras as passagens do livro onde Farge evoca a relação entre trabalho de paciência ou tédio e a realização de uma pequena descoberta.
- 21 Barthes, *La camera...* cit., p. 17: «O órgão do fotógrafo não é o olho [...] mas o dedo: o que está ligado ao disparo da objectiva, ao deslocamento metálico da película (nos aparelhos que disso ainda necessitam)». E A. Farge, *Il piacere...* cit., n.º 21, p. 62: «entre duas requisições, numa manhã de cansaço, o fôlio pareceu, ao tocá-lo, diferente. Recordação táctil do arquivo».
- 22 A questão da escala foi discutida, recentemente, in B. Lepetit, «Storia: questione di scala», in *Società e storia*, 62 (1993).
- 23 L. Marin, «Une ville, une campagne, de loin...»: paysages pascaliens», in *Littérature*, 61 (1966), p. 4.
- 24 *Ibid.*, pp. 4-5.
- 25 Página 107 da ed. *Pensées de Blaise Pascal*, Paris, Garnier, 1964, citado por L. Marin, «Une ville...» cit., p. 7.
- 26 Para uma definição não levi-straussiana de estrutura, cfr. a intervenção de F. Furet na discussão sobre a relação de Ernest Gellner, in *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue. Actes du séminaire internationale organisé sous les auspices de l'Association Internationale pour la Liberté de la Culture, la Fondation Giovanni Agnelli et la Fondation Giorgio Cini. Venise, 2-8 avril 1971*, Paris, EHESS-Sorbonne, Mouton, 1971, pp. 38 segs.
- 27 Para C. Ginzburg, «Microstoria...» cit., p. 516, é «a Historiografia, com h grande», que se contrapõe ao «Napoléon mon cul» da Zazie de Queneau (e voltamos ao intercâmbio entre historiografia e literatura).
- 28 Em C. Ginzburg, «Unus testis...» cit., discute-se objectividade e subjectividade, realismo científico, ética e princípio de verdade.
- 29 Sobre a retórica da história objectiva, cfr. R. Barthes, *Le bruissement*, p. 158. Para C. Ginzburg, «Microstoria...» cit., a recusa da perspectiva teleológica reúne a crítica de François Furet ao etnocentrismo – crítica quem segue uma proposta de «história etnográfica de tipo serial» – e os primeiros passos da micro-história italiana. Posta esta convergência inicial, C. Ginzburg (*ibid.*, p. 520) sublinha a «divergência ao mesmo tempo intelectual e política».
- 30 Sobre algumas definições do tipo de mediação entre realidade narrada, sujeito narrador e destinatário da narração, cfr. R. Barthes, *Le bruissement...* cit.
- 31 Sobre a tendência do discurso historiográfico para se desumanizar ou aceitar a presença apenas dos «chamados *makers of history*», cfr. H. M. Enzensberger, «Letteratura...» cit., p. 8.
- 32 À possibilidade de tentar vias de experimentação através de investigação biográfica são dedicadas as últimas páginas de J. Revel, «Microanalisi e costruzione del sociale», *Quaderni storici*, 86 (1994), pp. 568-72, que, entre outras coisas, sublinham que a escolha da escala (micro-, macro-) não é tão

- importante como o modo como o historiador enfrenta os problemas da relação entre «forma de exposição e conteúdo do conhecimento» e os problemas da experimentação de formas e conceitos para a análise. De facto, para Revel são igualmente interessantes o modo como Braudel opta por escrever *O Mediterrâneo...*, o modo como Roberto Zapperi escreveu a biografia de Annibale Caracci ou como Giovanni Levi fez a de Giulio Cesare Chiesa, e a forma como a França está a repensar a identidade nacional.
- ³³ G. Levi, «Les usages de la biographie», in *Annales*, 6 (1989), pp. 1326 segs. Levi sugere a centralidade da questão biográfica no actual debate entre história e ciências sociais. «A propósito da biografia coloca-se a maior parte das questões da historiografia contemporânea: as relações com as ciências sociais, os problemas da escala de análise, das relações entre regras e práticas, os problemas complexos dos limites da liberdade e da racionalidade humana». Considera predominante a questão da importância da escolha individual, mas sublinha também que o tema da biografia evidencia, entre outros, o problema das relações entre história e narração: através da biografia transitam para a história técnicas e questões próprias da literatura.
- ³⁴ Levi distingue dois tipos de contexto. No primeiro caso, a sua reconstrução permite explicar o que, à primeira vista, parece inexplicável. No segundo, o contexto é o que permite integrar as deficiências das fontes. É sobretudo neste segundo caso que os resultados da investigação biográfica permitem manter o equilíbrio entre a especificidade do destino individual e o conjunto do sistema social.
- ³⁵ Cfr. M. Vovelle, «De la biographie à l'étude de cas», in *Problèmes et méthodes de la biographie. Actes du Colloque. Sorbonne, 3-4 mai 1985*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985. Como exemplo de biografia/caso-limite, Levi cita C. Ginzburg, *Il formaggio e I vermi. Il cosmo di un mugnaio del '500*, Turim, Einaudi, 1976, bem como o caso de Pierre Rivière narrado por Foucault. Em C. Ginzburg, «Microstoria...» cit., pp. 520-23, encontramos uma explicação do percurso que levou à escolha da escrita da biografia de um moleiro processado pela Inquisição, referindo-se também ao contexto político e social da Itália dos anos 70.
- ³⁶ Cfr. também G. Levi, *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, Turim, Einaudi, 1985.
- ³⁷ Cfr. também J. Revel, «L'histoire au ras du sol», ed. francesa de G. Levi, *L'eredità...* cit.; G. Levi, «A proposito de microstoria», in *La storiografia contemporanea*, Bari, Laterza, 1993.
- ³⁸ P. Bourdieu, «L'illusion biographique», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63 (1986), p. 72.
- ³⁹ *Ibid.*, pp. 71-72.
- ⁴⁰ G. Levi, «Les usages...» cit., p. 1334.
- ⁴¹ Cfr. J. H. Elliot, *La Spagna imperiale. 1469-1716*, Bolonha, Il Mulino, 1982; M. J., Rodríguez Salgado, *Metamorfosi di un impero. La politica asburgica da Carlo V a Filippo II (1551-1559)*, Milão, Vita e Pensiero, 1994 (ed. esp. em 1988).
- ⁴² A bibliografia é interminável e tem estado em acelerada evolução nos últimos anos. Entre as recentes colectâneas, podemos referir: G. Tocci (ed.), *Persistenze feudali e autonomie comunitative in Stati padani fra Cinque e Settecento*, Bolonha, Clueb, 1988; *L'Italie au XVII^e siècle*, Paris, Sedes, 1989; *Storia della società italiana*, vol. XI: *il Seicento*, Milão, Tetti, 1989; G. Signorotto (ed.), *L'Italia degli Austriaci. Monarchia cattolica e domini italiani nei secoli XVI e XVII*, número monográfico de *Cheiron*, 17-18 (1992); M. A. Visceglia (ed.), *Signori, patrizi, cavalieri nell'età moderna*, Bari, Laterza, 1992. Especificamente sobre a historiografia em torno do século XVI, S. Bertelli (ed.), *Le corti italiane nel Rinascimento*, Milão, Mondadori, 1985.
- ⁴³ Alguns sinais em W. Barberis, «Uomini di corte nel Cinquecento tra il primato della famiglia e il governo dello Stato», in C. Vivanti (ed.), *Storia d'Italia Einaudi. Annali 5. Intelletuali e potere*, Torino, Einaudi, 1981.
- ⁴⁴ P. Bourdieu, «L'illusion...» cit., pp. 71-72.

- ⁴⁵ Cfr. M. Rosa, «La religiosa», in R. Villari (ed.), *L'Uomo barocco*, Bari, Laterza, 1991, como exemplo, nestes termos e no âmbito da biografia colectiva.
- ⁴⁶ Sobre a documentação do século XVI, cfr. A. Quondam, «Dal 'formulario' al 'formulario': cento anni di libri di lettere»; id. (ed.), *Le «carte messaggere». Retorica e modelli di comunicazione epistolare: per un indice dei libri di lettere del Cinquecento*, Roma, Bulzoni, 1981; K. B. Neuschel, *Word of Honour. Interpreting Noble Culture in Sixteenth-Century France*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1989.
- ⁴⁷ Significativo, por exemplo, o título surreal de uma recolha de ensaios publicados há relativamente poucos anos por Aurelio Musi: *Mezzogiorno spagnolo. La via napoletana allo stato moderno*, Nápoles, Guida, 1991.
- ⁴⁸ Com o conceito *autoriale*, a redacção da *Etnosistemi* define, no documento de apresentação deste volume, a condição pela qual «a validade das representações está ligada, em primeiro lugar, à adesão a cânones estilísticos próprios do universo retórico [diria também académico] em que se situa».
- ⁴⁹ P. Fernández Albaladejo, Prologo, *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia política*, Madrid, Alianza Editorial, 1992: «O que surpreende, não obstante as vantagens que advêm da experiência passada, é que hoje ainda exista quem se empenhe em continuar a considerar mais ou menos intocáveis os pressupostos desta interpretação». Décadas de discussão historiográfica basearam-se na defesa ou no ataque da *statualità*, «construindo» – uso uma expressão de Fernández Albaladejo – uma categoria insignificante para compreender a política de Antigo Regime, mas a reconsiderar no estudo da produção historiográfica italiana dos pós-guerra.
- ⁵⁰ M. Rivero Rodríguez, «Poder y clientelas en la fundación del Consejo de Italia (1556-1560)», in G. Signorotto (ed.), *L'Italia degli Austrias...* cit.
- ⁵¹ Rivero Rodríguez usa o termo «fidelidade» mas os casos de mudança súbita de bandeira não foram propriamente raros, como o demonstra a passagem de Andrea Doria do serviço à França para um acordo com Carlos V, ou a ambiguidade de Francesco Gonzaga em relação à França, a Espanha e a Veneza.
- ⁵² M. Aymard, «Pour une histoire des élites dans l'Italie moderne», in AA.VV., *La famiglia e la vita quotidiana in Europa dal '400 al '600. Fonti e problemi. Atti del convegno internazionale: Milano 1-4 dicembre 1983*, Roma, Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 1986.
- ⁵³ M. Rivero Rodríguez, «Poder y clientelas...» cit., p. 30. A intervenção do Imperador era pontual mesmo nos territórios não directamente sob domínio espanhol. Emblemático é o exemplo da abdicção de Ascanio Colonna a favor do filho, que teve lugar em Roma, em 1554: Ascanio, já idoso, deixara de ter a confiança do Imperador para garantir o equilíbrio entre Orsini e Colonna na luta pelo predomínio romano. Carlos V, além disso, orientava e sugeria a política matrimonial da família Colonna e a do jovem Marco Antonio em particular. Mesmo a Ferrante, foi sugerido que contraísse matrimónio com uma Colonna. «Finalmente, em 1554 foram realizados dois matrimónios que implicaram três famílias de capital importância na política imperial italiana, Gonzaga, Colonna e Doria: Vespasiano Colonna casava com Giulia Gonzaga e o filho de Gonzaga casava com a filha de Andrea Doria» (M. Rivero Rodríguez, «Poder y clientelas...» cit., p. 31).
- ⁵⁴ M. Rivero Rodríguez, «Poder y clientelas...» cit., pp. 32-33: a rede era encabeçada por Cobos, o qual «aproveitando a situação privilegiada [de delegação por parte de Carlos V], em conjunto com os seus colaboradores, unidos por interesses comuns e por um forte espírito de corpo, havia estabelecido uma subtil trama de relações, uma rede clientelar que constituía a articulação efectiva do poder acima dos canais administrativos formais. «Aproveitando a confiança do Imperador, Cobos, com o controlo absoluto da gestão dos assuntos italianos, actuou de forma a assegurar a presença de um grupo de pessoas com quem tinha fortes ligações à frente do governo daqueles territórios: «– Don Antonio de Leyva, príncipe de Ascoli, como governador de Milão. Uma vez falecido em

1536, foi substituído pelo cardeal Caracciolo, no final de 1538, que, por sua vez, seria sucedido por Don Alfonso de Avalos de Aquino, marquês do Vasto;

«– Don Pedro de Toledo, marquês de Villafranca, filho do seu amigo íntimo duque de Alba, foi nomeado vice-rei de Nápoles em 1532;

«– Ferrante Gonzaga, príncipe de Molfetta e conde de Guastalla (em 1539), foi nomeado vice-rei da Sicília em 1537.

«O capítulo da Ordem do Tósão de Ouro celebrado em Tournai, no final de 1531, tinha por protagonistas três personagens italianas: o marquês do Vasto, Andrea Doria e Ferrante Gonzaga. E isto parece ser a demonstração da relação particular que o Secretário de Estado [Cobos] mantém com a nobreza italianizada e com a propriamente italiana que havia constantemente demonstrado ser fiel à tradição imperial».

⁵⁵ O episódio é citado em M. Rivero Rodríguez, «Poder y clientelas...» cit., pp. 34-35.

⁵⁶ M. Rivero Rodríguez, *ibid.*, p. 36: «Mesmo o sistema administrativo se estruturava em torno de um círculo fechado», que servia este tipo de interesses.

⁵⁷ V. Sciuti Russi, *Astrea in Sicilia. Il ministero togato nella società siciliana dei secoli XVI e XVII*, Nápoles Jovene, 1983, pp. 26-65.

⁵⁸ Cfr. em especial, F. Chabod, *Carlo V e il suo impero*, Einaudi, Turim, 1985.

⁵⁹ P. Veyne, «Clientèle et corruption au service de l'État: la venalité des offices dans le bas-empire romain», in *Annales*, 3 (1981).

⁶⁰ Cfr. G. Gosellini, *Congiura di Piacenza contro Pier Luigi Farnese descritta per Giuliano Gosellino*, Florença, Giacomo Molini, 1585 (ed. de 1864), para além das cartas em que Ferrante pede a Carlos V que recompense os assassinos, e as respostas que recebe através do seu agente na corte Natale Musi, o qual lhe explica a exigência de prudência por parte de Carlos V.

⁶¹ Sobre a coexistência do sentido de legitimação que funcionários de um sistema têm por estarem convencidos de servirem uma causa, um estado, e a realização concreta de fraudes em relação ao próprio sistema, cfr. P. Veyne, «Clientèle et corruption...» cit., p. 353.

⁶² É sobre isto que trata M. J. Rodríguez Salgado, *Metamorfosi di un impero...* cit.

⁶³ Remeto para a interminável bibliografia sobre as cortes renascentistas.

⁶⁴ Existiam, certamente, instituições do estado e da comunidade; era com este sistema de corte que estas instituições «formais» se deviam defrontar, gerando frequentemente choques entre poderes jurisdicionalmente reconhecidos e posições de supremacia que amadurecia pela contiguidade entre os cortesãos e o senhor, ou pela participação destes no mercado político que tinha como palco a corte.

⁶⁵ M. Bellonci, «Isabella d'Este a cinquecento anni dalla sua nascita», in AAVV., *Mantova e I Gonzaga nella civiltà del Rinascimento. Atti del convegno organizzato dall'Accademia Nazionale dei Lincei e dall'Accademia Virgiliana con la Collaborazione della città di Mantova sotto l'alto patronato del Presidente della Repubblica Giovanni Leone*, Mântua, 1977. A operação estilística produzida por Bellonci foi a transferência do conteúdo dos documentos de arquivo para a narração por ela proposta, «modernizando» a linguagem.

⁶⁶ W. Barberis, «Uomini di corte...» cit., pp. 873 segs. Sobre mudanças no comportamento nobre veja-se também C. Donati, «L'evoluzione della coscienza nobiliare», in C. Mozzarelli e P. Schiera (eds.), *Patriziati e aristocrazie nobiliari. Ceti dominanti e organizzazione del potere nell'Italia centro-settentrionale dal XVI al XVIII secolo*, Trento, Universidade de Trento, 1977.

⁶⁷ A posição assumida por Ferrante Gonzaga em relação ao território e às suas exigências tem uma aparência autoritária, porque, obviamente, a preocupação principal é a de tirar proveito (saquear) dos recursos existentes. Praticamente não se faz nenhuma referência às exigências locais, prescindindo-se mesmo das instâncias nobres locais: como mostra o caso dos impostos sobre o sal de Nizza Monferrato, que não foram respeitados para dar vantagens financeiras aos mercadores

- genoveses, ignorando mesmo as exigências financeiras da comunidade de Nizza. Esta atitude enquadra-se na política dos Gonzaga em relação aos territórios dominados, como o demonstram os longos protestos, polémicas e rebeliões que a comunidade de Casale Monferrato levou a cabo contra os Gonzaga, contra a prática administrativa por eles adoptada após a sucessão aos Paleologi naquele domínio.
- ⁶⁸ G. Goselini, *Vita del prencipe don Ferrando Gonzaga in tre libri divisa*, Milão, Paolo Gottardo Pontio, 1574, p. 245.
- ⁶⁹ K. B. Neuschel, *Word of Honour...* cit.
- ⁷⁰ Em J. Revel, «Microanalisi...» cit., e em B. Lepetit, «Storia...» cit., explica-se claramente como os aspectos mais interessantes da experiência micro-histórica não estão tão relacionados com a escala ou o posicionamento em termos «físicos» como com o método particular utilizado pelo investigador na ligação entre escala do objecto estudado e tipo de acção reconstruída e descrita.
- ⁷¹ O conceito «marginal» é utilizado aqui na acepção da economia política clássica. A interpretação do trabalho micro-histórico nesse sentido marginal parece-me poder ser encontrado em G. Levi, *L'eredità immateriale...* cit., bem como na entrevista por mim feita a Jacques Revel, publicada no número de Fevereiro de 1995 da *La Rivista dei Libri*.
- ⁷² Insisto no interesse da prática micro-histórica como forma particular de experimentação historiográfica.
- ⁷³ Recuperando, assim, no interior de uma metodologia única, um filão da micro-história que geralmente é entendido como complementar – o que é promovido pelo método exposto em C. Ginzburg, *Miti emblematici. Morfologia e storia*, Turim, Einaudi, 1986. Outras tentativas de investigação assim complexas parecem-me poder ser encontradas em E. Grendi, «L'ascesa dei Balbi genovesi e la congiura di Gio Paolo», in *Quaderni storici*, 85 (1993) e id., «Ripensare la microstoria?», *ibid.*, 86 (1994).

Enciclopedia tematica aperta. Política, Milão, Jaca Book, 1993.

Historiens et sociologues aujourd'hui. Journées d'Études annuelles de la Société Française de Sociologie. Université de Lille, 14-15 juin 1984, Paris, Éditions du CNRS, 1986.

Il Rinascimento nelle corti padane. Società e cultura, Bari, De Donato, 1975.

L'historien entre l'ethnologue et le futurologue. Actes du séminaire internationale organisé sous les auspices de l'Association Internationale pour la Liberté de la Culture, la Fondation Giovanni Agnelli et la Fondation Giorgio Cini. Venise, 2-8 avril 1971, Paris, EHESS-Sorbonne, Mouton, 1971.

L'Italie au XVII^e siècle, Paris, SEDES, 1989.

La famiglia e la vita quotidiana in Europa dal '400 al '600. Fonti e problemi. Atti del convegno internazionale: Milano 1-4 dicembre 1983, Roma, Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 1986.

La storiografia contemporanea, Bari, Laterza, 1993.

Le pouvoir monarchique et ses supports idéologiques aux XIV^e-XVII^e siècles, Paris, Publications de la Sorbonne Nouvelle, 1990.

Les idées de l'anthropologie, Paris, Colin, 1988.

Lombardia Borromea, Lombardia Spagnola (1554-1659). Convegno di studi presso l'Almo Collegio Borromeo. Pavia: 17-21 settembre 1991, no prelo.

- Mantova e I Gonzaga nella civiltà del Rinascimento. Atti del convegno organizzato dall'Accademia Nazionale dei Lincei e dall'Accademia Virgiliana con la Collaborazione della città di Mantova sotto l'alto patronato del Presidente della Repubblica Giovanni Leone, Mântua, 1977.*
- Problèmes et méthodes de la biographie. Actes du Colloque. Sorbonne, 3-4 mai 1985, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985.*
- Storia della società italiana, XI: Il Seicento, Milão, Teti, 1989.*
- Abélès, M., «L'antropologue et le politique», in *L'Homme*, 97-98 (1986).
- Althabe, G.; Fabre, D., e Lenclud, G. (eds.), *Vers une ethnologie du présent*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992.
- Aron, R., *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Paris, Gallimard, 1981.
- Asor Rosa, A. (ed.), *Letteratura italiana, I: Il letterato e le istituzioni*, Turim, Einaudi, 1982.
- Augé, M., *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.
- Aymard, M., «Pour une histoire des élites dans l'Italie moderne», in AA.VV. *La famiglia e la vita quotidiana in Europa dal '400 al '600. Fonti e problemi. Atti del convegno internazionale: Milano 1-4 dicembre 1983*, Roma, Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 1986.
- Barberis, W., «Uomini di corte nel Cinquecento tra il primato della famiglia e il governo dello Stato», in C. Vivanti (ed.), *Storia d'Italia Einaudi. Annali 5. Intelletuali e potere*, Turim, Einaudi, 1981.
- Barthes, R., *Le degré zero de l'écriture*. Paris, Seuil, 1953.
- *La camera chiara. Nota sulla fotografia*, Turim, Einaudi, 1980.
- *Le bruissement de la langue*, Paris, Seuil, 1984.
- Bellonci, M., «Isabella d'Este a cinquecento anni dalla sua nascita», in AA.VV., *Mantova e I Gonzaga nella civiltà del Rinascimento. Atti del convegno organizzato dall'Accademia Nazionale dei Lincei e dall'Accademia Virgiliana con la Collaborazione della città di Mantova sotto l'alto patronato del Presidente della Repubblica Giovanni Leone, Mântua, 1977.*
- Bertelli, S. (ed.), *Le corti italiane nel Rinascimento*, Milão, Mondadori, 1985.
- «Il Cinquecento», in Rosa, L. de (ed.), *La storiografia italiana degli ultimi vent'anni. 3 volumi*, Bari, Laterza, vol. II, 1992.
- «La Mediazione», in *Laboratorio di storia*, 5 (1992).
- Bazzotti, U.; Ferrari, D., e Mozzarelli, C. (eds.), *Vespasiano Gonzaga e il ducato di Sabbioneta. Atti del convegno*, Mântua, Accademia Nazionale Virgiliana, 1993.
- Boudon, R., *Effets pervers et ordre social*, Paris, PUF, 1979.
- Bourdieu, P., «L'illusion biographique», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63 (1986).
- Busino, G., «Storici e sociologi: problemi e dibattiti, oggi», in *Revista Storica Italiana*, 2 (1990).
- Chabod, F., *Lo Stato e la vita religiosa a Milano nell'epoca di Carlo V*, Turim, Einaudi, 1971 (1.^a ed. 1934).
- *Scritti sul Rinascimento*, Einaudi, Turim, 1967 (1.^a ed. 1936).
- *Carlo V e il suo impero*, Turim, Einaudi, 1985 (editado em 1948, 1956, 1958).
- Chartier, R., *La rappresentazione del sociale. Saggi di storia culturale*, Turim, Bollati Boringhieri, 1989.

- Chittolini, G., *La formazione dello stato regionale e le istituzioni del contado. Secoli XIV e XV*, Turim, Einaudi, 1979.
- «Stati padani e Stato regionale del rinascimento: problemi di ricerca», in Tocci, G. (ed.), *Persistenze feudali e autonomie comunitative in Stati padani fra Cinque e Settecento*, Bolonha, CLUEB, 1988.
- Consolo, V., *Fuga dall'Etna. La Sicilia e Milano, la memoria e la storia*, Roma, Donzelli, 1993.
- Certeau, M. de, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.
- Cugis, C. de, *I modelli in storia economica. La lezione di Alexander Gerschenkron*, Milão, Unicopli, 1979.
- De Rosa, L. (ed.), *La storiografia italiana degli ultimi vent'anni*, 3 vols., Bari, Laterza, 1989.
- Donati, C., «L'evoluzione della coscienza nobiliare», in Mozarelli, C., e Schiera, P. (eds.), *Patriziati e aristocrazie nobiliari. Ceti dominanti e organizzazione del potere nell'Italia centro-settentrionale dal XVI al XVIII secolo*, Trento, Universidade de Trento, 1977.
- Doyle, W., *L'ancien régime*, Florença, Sansoni, 1988.
- Duliani, M. (ed.), *The city without women*, Oakville, Ontário, Canadá, Mosaic Press, 1994 (ed. it. de 1944).
- Duprat, G. (ed.), *Connaissance du politique*, Paris, PUF, 1990.
- Elliot, J. H., *La Spagna imperiale. 1469-1716*, Bolonha, Il Mulino, 1982.
- Enzensberger, H. M. (ed.), «Letteratura come storiografia», in *Letteratura come storiografia*, número monográfico de *Il Menabò di letteratura*, 1966.
- Faeta, F., «Memoria, immagini, scritte. Appunti sull'etnografia I sistemi multimediali», in *L'Uomo*, 1-2 (1993).
- Farge, A., *Il piacere dell'archivio*, Verona, Essedue, 1991.
- Fasano Guarini, E. (ed.), *Potere e società negli stati regionali italiani tra '500 e '600*, Bolonha, Il Mulino, 1978.
- Fernández Albaladejo, P., *Fragments de monarquía. Trabajos de historia política*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- Ferroni, A., «Dialogo sulla scena della corte», in Quondam, A., *Le corti farnesiane di Parma e Piacenza / 1545-1622, II: Forme e istituzione della produzione culturale*, Roma, Bulzoni, 1978.
- Fortini, F., *Composita solvantur*, Turim, Einaudi, 1994.
- Ginzburg, C., *Il formaggio e I vermi. Il cosmo di un mugnaio del '500*, Turim, Einaudi, 1976.
- *Indagini su Piero. Il Battesimo, il ciclo di Arezzo, la flagellazione di Urbino*, Turim, Einaudi, 1981.
- *Miti emblematici. Morfologia e storia*, Turim, Einaudi, 1986.
- «Unus testis. Lo sterminio degli Ebrei e il principio di realtà», in *Quaderni storici*, 80 (1992).
- «Aristotele, la storia, la prova», *ibid.*, 85 (1994).
- «Microstoria: due o tre cose che so di lei», *ibid.*, 86 (1994).
- Godelier, M., «L'occident, miroir brisé. Une évaluation partielle de l'anthropologie sociale assortie de quelques perspectives», in *Annales*, 5 (1993).
- Gosellini, G., *Vita del prencipe don Ferrando Gonzaga in tre libri divisa*, Milão, Paolo Gottardo Pontio, 1574.
- *Congiura di Piacenza contro Pier Luigi Farnese descritta per Giuliano Gosellino*, Florença, Giacomo Molini, 1585 (ed. 1864).

- Gozzini, G., «Dentro la «scatola nera»: individualismo metodologico e razionalità», in *Meridiana*, 10 (1991).
- E. Grendi, *Lettere orbe. Anonimato e poteri nel Seicento genovese*, Palermo, Gelka, 1989.
- «L'ascesa dei Balbi genovesi e la congiura di Gio Paolo», in *Quaderni storici*, 85 (1993).
- «E. P. Thompson e la 'cultura plebea'», *ibid.*, 84 (1993).
- «Ripensare la microstoria?», *ibid.*, 86 (1994).
- Hespanha, A. M., «L'étude prosopographique des juristes: entre les 'pratiques' et les 'répresentations'», in AA.VV., *Comunicazione presentata a Napoli, Istituto di studi filosofici, aprile 1991*, 1991.
- Jouhaud, Ch., *La main de Richelieu ou le pouvoir cardinal*, Paris, Gallimard, 1991.
- Lanaro, S., *Storia dell'Italia repubblicana. Dalla fine della guerra agli anni novanta*, Venezia, Marsilio, 1992.
- Laudani, S., «Lo scambio e i contesti», in *Meridiana*, 14 (1992).
- Lauts, J., *Isabelle d'Este. 1464-1539*, Paris, Plons, 1956.
- Le Goff, G., e Nora, P. (eds.), *Faire de l'histoire. I. Nouveaux problèmes*, Paris, Gallimard, 1974.
- Lenclud, G., «Le grand partage ou la tentation ethnologique», in Althabe, G.; Fabre, D., e Lenclud, G. (eds.), *Vers une ethnologie du présent*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992.
- «La statue du commandeur. Note critique», in *Annales*, 5 (1993).
- Lepetit, B., «Storia: questione di scala», in *Società e storia*, 62 (1993).
- «Une logique du raisonnement historique. Note critique», in *Annales*, 5 (1993).
- Levi, G., *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, Turin, Einaudi, 1985.
- «I pericoli del geertzismo», in *Quaderni storici*, 20 (1985).
- «Les usages de la biographie», in *Annales*, 6 (1989).
- «A proposito de microstoria», in AA.VV., *La storiografia contemporanea*, Bari, Laterza, 1993.
- Maclelland, P. D., *Causal explanation and model building in history, economics and the New Economic History*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1975.
- Marin, L., «'Une ville, une campagne, de loin...': paysages pascalien», in *Littérature*, 61 (1966).
- *Le récit est une piège*, Paris, Éditions de Minuit, 1978.
- Martínez Millán, J. (ed.), *Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1992.
- «La investigación sobre las elites de poder», in *Instituciones y elites de poder en la monarquía hispana durante el siglo XVI*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1992.
- Mazza, A., «Introduction to the English section», in Duliani, M. (ed.), *The city without women*, Oakville, Ontário, Canadá, Mosaic Press, 1994 (ed. it. de 1944).
- Momigliano, A., «Recensione a Veyne, 1970», in *Rivista storica italiana*, 2 (1973).
- Mozzarelli, C., «Introduzione», in Doyle, W., *L'ancien régime*, Florença, Sansoni, 1988.
- «Patrizi e governatori nello stato di Milano a mezzo il Cinquecento. Il caso di Ferrante Gonzaga», in Signorotto, G. (ed.), *L'Italia degli Austriaci. Monarchia cattolica e domini italiani nei secoli XVI e XVII*, número monográfico de *Cheiron*, 17-18 (1992).
- Mozarelli, C., e Schiera, P. (eds.), *Patriziati e aristocrazie nobiliari. Ceti dominanti e organizzazione del potere nell'Italia centro-settentrionale dal XVI al XVIII secolo*, Trento, Universidad de Trento, 1978.

- Neuschel, K. B., *Word of Honour. Interpreting Noble Culture in Sixteenth-Century France*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1989.
- Nigro, S., «L'equivoco epistolare», in *Il segretario di lettere. Scritti di Tommaso Costo e Michele Benvenuto*, Palermo, Sellerio, 1991.
- Ossola, C. (ed.), *La corte e il cortegiano. I: La scena del testo*, Roma, Bulzoni, 1980.
- Palumbo, B., «Immagini del mondo. Etnografia, storia e potere politico nell'antropologia statunitense contemporanea», in *Meridiana*, 15 (1992).
- Panebianco, A. (ed.), *L'analisi della politica. Tradizioni di ricerca, modelli, teorie*, Bolonha, Il Mulino, 1989.
- Papagno, G., e Quondam, A. (eds.), *La corte e lo spazio: Ferrara estense*, 3 vols., Roma, Bulzoni, 1982.
- Passeron, J.-C., «Histoire et sociologie: identité sociale et identité logique d'une discipline», in AA.VV., *Historiens et sociologues aujourd'hui. Journées d'études annuelles de la Société Française de Sociologie. Université de Lille, 14-15 juin 1984*, Paris, Éditions du CNRS, 1986.
- *Le raisonnement sociologique. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel*, Paris, Nathan, 1991.
- Pizzorno, A., *Le origini della politica assoluta e altri saggi*, Milão, Feltrinelli, 1993.
- Poggi, G., *La vicenda dello stato moderno*, Bolonha, Il Mulino, 1978.
- Polany, K., *La grande trasformazione. Le origini economiche e politiche della nostra epoca*, Turim, Einaudi, 1974 (ed. ing. 1944).
- Prosperi, A. (ed.), *La corte e il cortegiano. II: un modello europeo*, Roma, Bulzoni, 1980.
- Queneau, R., *Una storia modello*, Milão, Fabbri (ed. fr. 1966).
- Quondam, A. (ed.), *Le corti farnesiane di Parma e Piacenza | 1545-1622, II: Forme e istituzioni della produzione culturale*, Roma, Bulzoni, 1978.
- «Dal 'formulario' al 'formulario': cento anni di libri di lettere», in *Le «carte messaggere». Retorica e modelli di comunicazione epistolare: per un indice dei libri di lettere del Cinquecento*, Roma, Bulzoni, 1981.
- Rambaldi, E. I., «Ricordo e parole in storiografia», in *L'informazione filosofica*, 12 (1993).
- Rebel, H., «Cultural hegemony and class experience: a critical reading of recent ethnological-historical approaches. I», in *American Ethnologist*, 1989, pp. 117-37.
- «Cultural hegemony and class experience: a critical reading of recent ethnological-historical approaches. II», *ibid.*, pp. 350-66.
- Revel, J., «L'histoire au ras du sol», ed. francese de G. Levi, *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, Turim, Einaudi, 1985.
- «L'histoire social dans les Annales: une définition empirique», in AA.VV., *Historiens et sociologues aujourd'hui. Journées d'études annuelles de la Société Française de Sociologie. Université de Lille, 14-15 juin 1984*, Paris, Éditions du CNRS, 1986.
- «Microanalisi e costruzione del sociale», in *Quaderni storici*, 86 (1994).
- Ricœur, P., *Histoire et vérité*, Paris, Seuil, 1990.
- *Lectures I. Autour du politique*, Paris, Seuil, 1991.
- Rivero Rodríguez, M., «Poder y clientelas en la fundación del Consejo de Italia (1556-1560)», in Signorotto, G. (ed.), *L'Italia degli Austrias. Monarchia cattolica e domini italiani nei secoli XVI e XVII*, número monográfico de *Cheiron*, 17-18 (1992).

- Rodríguez Salgado, M. J., *Metamorfosi di un impero. La politica asburgica da Carlo V a Filippo II (1551-1559)*, Milão, Vita e Pensiero, 1994 (ed. esp. em 1988).
- Romani, M. A. (ed.), *Le corti farnesiane di Parma e Piacenza / 1545-1622, I: Potere e società nello stato farnesiano*, Roma, Bulzoni, 1978.
- Romano, R., «Les «Annales» hier et aujourd'hui», in *Revue européenne des sciences sociales*, XXI (1993).
- Rosa, M., «La religiosa», in Villari, R. (ed.), *L'Uomo barocco*, Bari, Laterza, 1991.
- Rossi, P. (ed.), *La storia comparata. Approcci e prospettive*, Milão, Il Saggiatore, 1990.
- Sartori, G., *La politica. Logica e metodo in scienze sociali*, Milano, Sugarco, 1980.
- Schmitt, C., *Le categorie del «politico»*, Bolonha, Il Mulino, 1972.
— *Dialogo sul potere*, Génova, Il Melangolo, 1990.
- Sciuti Russi, V., *Astrea in Sicilia. Il ministero togato nella società siciliana dei secoli XVI e XVII*, Nápoles Jovene, 1983.
- Segalen, M. (ed.), *Jeux de familles. Rassemblés et introduits par Martine Segalen*, Paris, Presses du CNRS, 1991.
- Signorotto, G. (ed.), *L'Italia degli Austrias. Monarchia cattolica e domini italiani nei secoli XVI e XVII*, número monográfico de *Cheiron*, 17-18 (1992).
— «Il marchese di Caracena al governo di Milano (1448-1656)», in *L'Italia degli Austrias. Monarchia cattolica e domini italiani nei secoli XVI e XVII*, número monográfico de *Cheiron*, 17-18 (1992).
- Stajano, C., *Il disordine*, Turim, Einaudi, 1993.
- Stegman, A., «La corte. Saggio di definizione teorica», in Romani, M. A. (ed.), *Le corti farnesiane di Parma e Piacenza / 1545-1622, I: Potere e società nello stato farnesiano*, Roma, Bulzoni, 1978.
- Tocci, G. (ed.), *Persistenze feudali e autonomie comunitative in Stati padani fra Cinque e Settecento*, Bolonha, CLUEB, 1988.
- Toninelli, P., «Origine ed evoluzione metodologica della New Economic History», in Rossi, P. (ed.), *La storia comparata. Approcci e prospettive*, Milão, Il Saggiatore, 1990.
- Torre, A., *Stato e società nell'ancien régime*, Florença, Loescher, 1983.
- Veyne, P., *Comment on écrit l'histoire*, Paris, Seuil, 1971.
— «L'histoire conceptualisante», in Le Goff e Nora, P. (eds.), *Faire de l'histoire, I: Nouveaux problèmes*, Paris, Gallimard, 1974.
— *L'inventaire des différences*, Paris, Seuil, 1976.
— *Foucault révolutionne l'histoire*, Paris, Seuil, 1978.
— «Clientèle et corruption au service de l'État: la venalité des offices dans le bas-empire romain», in *Annales*, 3 (1981).
— «Propagande expression roi, image idole oracle», in *L'Homme*, 114 (1990).
- Villari, R. (ed.), *Elogio della dissimulazione. La lotta politica nel Seicento*, Bari, Laterza, 1987.
— *L'Uomo barocco*, Bari, Laterza, 1991.
- Visceglia, M. A. (ed.), *Signori, patrizi, cavalieri nell'età moderna*, Bari, Laterza, 1992.
— «Un groupe social ambigu. Organisation, stratégies et représentations de la noblesse napolitaine. XVI^e-XVIII^e siècles», in *Annales*, 4 (1993).

Vivanti, C. (ed.), *Storia d'Italia Einaudi. Annali 5. Intelletuali e potere*, Turim, Einaudi, 1981.

Vovelle, M., «De la biographie à l'étude de cas», in AA.VV., *Problèmes et méthodes de la biographie. Actes du Colloque. Sorbonne, 3-4 mai, 1985*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985.

White, H., *Metahistory. The historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1990.

— *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1992.